

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1810)
CIÊNCIAS MILITARES**

Nathan Alves Freitas Guimarães

**A POLÍTICA EXTERNA E SUA RELAÇÃO COM A DEFESA NACIONAL
E O PODER MILITAR NO BRASIL**

Resende

2019

Nathan Alves Freitas Guimarães

**A POLÍTICA EXTERNA E SUA RELAÇÃO COM A DEFESA NACIONAL
E O PODER MILITAR NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador : TC. Geraldo Garcia do Amaral Júnior.

**Resende
2019**

Nathan Alves Freitas Guimarães

**A POLÍTICA EXTERNA E SUA RELAÇÃO COM A DEFESA NACIONAL
E O PODER MILITAR NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em ____ de _____ de 2019

Geraldo Garcia do Amaral Júnior – TC Inf

(Orientador)

Avaliador

Avaliador

**Resende
2019**

“A estratégia é uma economia de forças”.

(Karl von Clausewitz)

AGRADECIMENTOS

Ao TC Geraldo Garcia do Amaral Júnior, que despendeu notável esforço na orientação deste trabalho, sempre com muito profissionalismo e paciência.

A Deus, que possibilitou a minha chegada até aqui, tão próximo de concluir mais uma etapa importante da minha vida.

Aos meus pais, Nilton e Neiva, que sempre estiveram ao meu lado durante toda a minha vida e formação acadêmica, proporcionando o apoio necessário nos momentos mais difíceis.

Ao meu irmão Nilton Jr., por ser para mim um exemplo de pessoa e de profissional, sendo eternamente grato por seus inúmeros conselhos.

A minha linda namorada Karol, por sempre me incentivar e compreender os meus momentos de ausência.

Aos meus eternos camaradas da Turma 70 anos da vitória da FEB, que indubitavelmente foram essenciais para que eu pudesse diariamente ultrapassar cada obstáculo imposto pela árdua formação.

RESUMO

A POLÍTICA EXTERNA E SUA RELAÇÃO COM A DEFESA NACIONAL E O PODER MILITAR NO BRASIL

AUTOR: Nathan Alves Freitas Guimarães

ORIENTADOR: TC. Geraldo Garcia do Amaral Júnior

Tendo em vista de que hoje vive-se em um mundo globalizado e cada vez mais complexo, é de extrema importância que se possa ter um entendimento sobre as Relações Internacionais e sobretudo de como a Política Externa vem sendo empregada no Brasil. O presente trabalho trata sobre a Política Externa e a sua relação com a Defesa Nacional e o poder militar no Brasil. Foram levantados aspectos relevantes sobre a análise das conquistas e a importância da consolidação estratégica do poder militar diante das nações. Assim como, o escopo em definir não somente a Política Externa, mas também explicar a influência da Defesa nacional para alcançar um posicionamento não somente de defesa como também provocar possíveis estudos sobre sua atuação para inibir possíveis ameaças externas mediante o poder militar bem definido. Empregou-se o método hipotético-dedutivo, a partir do qual foi realizada uma pesquisa bibliográfica documental e o levantamento de possíveis soluções para o problema apresentado. Dessa forma, a hipótese proposta a fim de explorar qual o papel da Política externa brasileira e a Defesa Nacional uma ferramenta estratégica para demonstrar sua importância e posicionamento nas decisões no sistema internacional ativamente e soberania nacional protegendo os nossos interesses.

Palavras-chave: Política Externa; Defesa nacional; Comparação; Projeção.

ABSTRACT

THE FOREIGN POLICY AND ITS RELATION WITH THE NATIONAL DEFENSE AND THE MILITARY POWER IN BRAZIL

AUTHOR: Nathan Alves Freitas Guimarães

ADVISOR: TC. Geraldo Garcia do Amaral Júnior

The prospect of becoming a woman in a globalized and increasingly complex world, it is extremely important to present a perspective on international relation sand above alla foreign policy that is being used in Brazil.The external document is an external article and a power politics in Brazil.The importance of the analysis of conquest sand the importance of the financial power of the central of nations.The scope, rather than just the foreign policy, canal so be translated into the national response for sending non-specific data, so that the results can be performed for decision- making.The hypothetical-deductive method was used, from which a documentary bibliographical search was carried out and the solution to the problem.Thus, the proposal was a publication on the role of foreign and Brazilian policy and a national aid strategy to project its relevance and position in the decisions without an international system of protection and sobriety protecting our interests.

Keywords: Foreign Policy; National Defense; Comparison; Projection.

APÊNDICE

Apêndice A	40
------------------	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - COMPONENTES DE CAPACIDADE NACIONAL E ÍNDICE COMPOSTO 2007.....	42
ANEXO B - QUADRO EVOLUTIVO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - 2000 - 2016	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DN Defesa Nacional
PDN Política de Defesa Nacional
PUC Pontifícia Universidade
RI Relações Internacionais
EUA Estados Unidos da América
OMC Organização Mundial do Comércio
URSS União Soviética
CONPEB Conselho Nacional de Política Externa
GR-RI grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais
II GM Segunda Guerra Mundial
EMG Estado-Maior Geral
END Estratégia Nacional de Defesa
EB Exército Brasileiro
EMFA Estado-Maior das Forças Armadas
EMCFA Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
PEF Plano estratégico de Fronteiras
MERCOSUL Mercado Comum do Sul
BRICS Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
ONU Organização das Nações Unidas
MINUSTAH Estabilização no Haiti
MONUC Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
UNASUL Conselho de Defesa Sul-Americana
ZOPACAS Cooperação do Atlântico Sul
COSBAN Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
SIMOMT Sistema Operacional Militar Terrestre
SISFRON Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
IMBEL Indústria de Material Bélico
TIAR Tratamento Interamericano de Assistência Recíproca
OEA Organização dos Estados Americanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	15
2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	15
2.2 REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.3 PROBLEMA.....	16
2.4 JUSTIFICATIVA.....	17
2.5 QUESTÕES DO ESTUDO E HIPÓTESES.....	18
2.6 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	18
2.7 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	19
3 RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	20
3.1 A POLÍTICA EXTERNA	20
3.2. A POLÍTICA DE DEFESA	25
3.2.1 O poder militar.....	30
3.2.2 Plano estratégico de fronteiras.....	33
3.3 A DEFESA NACIONAL COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA EXTERNA.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade realizar o estudo sobre o desenvolvimento da Defesa Nacional (DN) como ferramenta de Política externa: um estudo sobre a diferenciação entre a Defesa Nacional e a Política Externa no Brasil. Um assunto de suma importância, para o contexto atual, devido a posição do Brasil na conjuntura da política externa. Importante também pela necessidade de proteger os interesses nacionais, como: o armamento estratégico qualificado para a preservação do patrimônio nacional e manutenção da paz com demais países existentes.

Cabe esclarecer a importância da Política de Defesa Nacional (PDN) como um agente para o estudo, referente ao quadro político-estratégico internacional, aliado aos objetivos da política externa brasileira. Além disso, o Ministério da Defesa mantém o “interesse em criar novos diálogos com o Itamaraty e as forças singulares” (ALSINA, 2003).

O Brasil não sofre ameaças internacionais há aproximadamente a 150 anos. Devido à ausência de ameaças estrangeiras, e por ser um país pacífico agindo periféricamente no campo político mundial, os governantes negligenciam a importância do papel das Forças Armadas, reduzindo investimentos em treinamentos, recursos do Ministério da Defesa e projetos que possibilitem a ação preventiva para possíveis conflitos mundiais, assim como, o desenvolvimento científico e tecnológicos em armamentos de grande alcance.

O cientista político Oliveiros Ferreira (2016), professor da Pontifícia Universidade (PUC), ressalta que tendo em vista de que hoje vive-se em um mundo globalizado e cada vez mais complexo, é de extrema importância que se possa ter um entendimento sobre as Relações Internacionais (RI) e sobretudo de como a política externa vem sendo empregada no Brasil.

As relações internacionais, como um todo, são um assunto que por si só não é muito explorado. A intenção deste trabalho será lançar luz sobre diversos assuntos inerentes a esse tema, como: a influência do poder militar sobre a política externa (principalmente após a década de 90), a de uma forma mais eficiente da política externa com a Política de Defesa Nacional (PDN) e outros aspectos.

A partir desses conhecimentos, espera-se que seja possível discutir a temática da instrumentalidade, e entrosamento entre as políticas externa e de Defesa Nacional (DN) no amplo espectro.

[...] No plano global, a participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais, como o Conselho de Defesa Sul-Americano e os diálogos político-militares, incrementa a possibilidade de as políticas externa e de defesa do país se anteciparem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do sistema internacional e de suas estruturas de governança, facilitando, assim, a tarefa de defender, no exterior, os interesses brasileiros. (MINISTÉRIO DE DEFESA, 2014).

Todas essas questões influem diretamente em persuasão de poder e representatividade no cenário mundial do Brasil, o que leva a encarar este assunto de forma mais séria, aprofundada e mais detalhista.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho consiste em apontar e estimular o estudo de pesquisadores, acadêmicos, políticos, a população brasileira, e também o Exército no que tange à natureza das políticas de Defesa Nacional (DN), assim como, a relevância para a Nação, levando em consideração as peculiaridades do Brasil.

Apresenta como objetivo específico ressaltar como o preparo da defesa das Forças Armada é um assunto amplo, quando analisamos as mudanças no cenário global, com ameaças iminentes e poucos recursos para o investimento em armamento estratégico para possíveis ataques. Podemos identificar esta implicação, citando Brick et al.(2017):

O planejamento estratégico e a gestão da defesa de qualquer país são processos extremamente complexos, não só devido à inerente complexidade da guerra e dos sistemas de armas atuais, mas também porque envolve a definição, desenvolvimento e sustentação de capacidades operacionais necessárias para possíveis cenários futuros de emprego, para os quais existem grandes incertezas.

O tema em foco, justifica-se como um olhar estratégico para fomentar o estudo da importância das Forças Armadas, gradativamente, quanto ao avanço da Defesa do Brasil, em conjunto com a sociedade para o crescimento do desenvolvimento da nação. Desta maneira, acredita-se trazer à tona, o papel passivo do Brasil em comparação o avanço dos demais países, em virtude do nosso passado histórico tardio quanto aos conflitos mundiais, e tomadas de decisões somente com o amparo de países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América (EUA).

Como citado pelo Ministro das Relações Internacionais, no período presidido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), Senador Anibal Diniz declarou: “Não se envolve em conflitos regionais há quase 150 anos, não tem inimigos, nem enfrenta ameaças internacionais que nos obriguem a colocar a Segurança Nacional como imperativo prioritário”. Logo, não podemos negar a necessidade do Brasil deslocar-se da posição periférica e superficial da atualidade e avançar para uma posição central perante as nações.

O capítulo introdutório apresenta o tema como um assunto da atualidade de extrema importância diante do cenário vulnerável de transformações no ambiente internacional após a Guerra Fria e os atentados de 11 de Setembro despertando as nações pacíficas sobre a importância de políticas de defesa de posicionamento dos países diante destas ameaças.

No segundo capítulo abordamos como a coleta de dados e o levantamento das questões foram identificados apresentando como autores: Alsina, Brick, Almeida e Oliveira. Promovendo um estudo sobre os conceitos sobre a política externa, a defesa nacional e poder militar como estratégias para defesa e desenvolvimento do país perante o cenário o internacional com possibilidade de entrada nas decisões junto às grandes potências.

Também são apresentadas, as definições de política externas e suas variáveis para ambientação do assunto levantando aspectos empreendedores e aspectos que precisam ser desenvolvidos.

No terceiro capítulo, a abordagem consiste em identificar possíveis soluções para os problemas levantados e demonstrar as evoluções conquistadas até a atualidade para estímulo do assunto no meio acadêmico.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Os objetivos da investigação a ser realizada podem ser assim descritos:

a) Ressaltar a necessidade de estudos sobre o assunto Defesa Nacional (DN) como ferramenta de política externa no Brasil, levando em consideração como essa articulação é feita atualmente e o que poderia ser feito para melhorar, com esses mecanismos, a participação no cenário internacional. O assunto em questão mostra-se ausente nas discussões em ambientes acadêmico e político mesmo com o risco eminente de ameaças internacionais justificando por ter sido até os dias atuais um país pacífico e receptivo.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos consistiam em: conceituar a Defesa Nacional (DN) e a Política externa, traçando uma evolução desses instrumentos a partir de 2003 até os dias mais atuais; analisar como a Defesa Nacional (DN) tem sido utilizada como ferramenta de Política Externa no Brasil; comparar as articulações desses instrumentos e possíveis melhorias nessa postura para com a participação no cenário internacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A política externa brasileira é um assunto associado ao desenvolvimento e deve ser estudada analisando o conjunto de estratégias do Estado e suas relações com os outros países. Seu principal objetivo consiste na proteção dos interesses nacionais de um país abordando aspectos econômicos, políticos, sociais e principalmente, de segurança nacional. A presente pesquisa tem por finalidade realizar o estudo sobre a Política Externa aliada ao desenvolvimento da Defesa Nacional (DN): um estudo sobre a diferenciação entre a Defesa Nacional e a Política Externa no Brasil.

Cabe esclarecer a importância da Política de Defesa Nacional (PDN) como um agente para o estudo, referente ao quadro político-estratégico internacional, aliado aos objetivos da política externa brasileira. Em contrapartida, o Ministério da Defesa mantém o “interesse em criar novos diálogos com o Itamaraty e as forças singulares” (ALSINA, 2003).

O tema em foco, justifica-se como um olhar estratégico para fomentar o estudo da importância das Forças Armadas, gradativamente, quanto ao avanço da Defesa do Brasil, em conjunto com a sociedade para o crescimento do desenvolvimento da nação. Desta maneira, acredita-se trazer em voga, o papel passivo do Brasil em comparação o avanço dos demais países, em virtude, do nosso passado histórico tardio quanto aos conflitos mundiais, e tomadas de decisões somente com o amparo de países desenvolvidos como os Estados Unidos da América (USA).

2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

O objetivo da pesquisa é analisar a relação entre a Defesa Nacional (DN) e a Política Externa no escopo brasileiro, no que tange, a sua instrumentalidade. O tema e o problema são passos decisivos para o esclarecimento sobre o assunto tratado.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Por meio de dados históricos e observação sobre os aspectos econômicos podemos identificar as falhas sobre: a funcionalidade da Defesa Nacional (DN), a sua importância e, quais medidas estão sendo adotadas para o planejamento a médio e curto prazo. Neste sentido, o tema deste trabalho mostra-se pertinente o amplo debate.

A Política Externa é uma política de caráter público, definindo medidas, tomada de decisão e programas para do governo de um país. Pela sua natureza, projeta-se para o exterior para o exterior levando-se em consideração: o relacionamento com outros países determinados e a participação do país em organizações e fóruns mundiais. (Borelli, 2019)

A Política externa pode ser identificada em suas áreas de atuação:

- a) Visitas de Estados: os governantes ou representantes em países vizinhos;
- b) Encontro de Ministros;
- c) Acordos bilaterais e multilaterais;
- d) Representações no exterior;
- e) Participação em Organizações Internacionais;
- f) Formação de Blocos ou Grupos.

ALMEIDA (2001, P.22) propõe uma análise sobre o aspecto econômico nos remetendo ao orçamento da Defesa Nacional:

Tratar o tema da defesa segundo uma ótica econômica representa a possibilidade de conciliação de formas diferentes de entendimento e, para os profissionais envolvidos, a oportunidade de emprestar embasamento teórico adequado a uma análise integrada do planejamento e da execução do orçamento da defesa.

2.3 PROBLEMA

A defesa e diplomacia são instrumentos essenciais da política externa de um Estado e idealmente são complementares, mesmo que em tempos de paz ou de guerra uma se manifeste mais que a outra (ARON,2002). Todavia, no caso brasileiro, diversos autores comentam sobre

as políticas sobre a existência de um diálogo tardio (FUCILLE et al, 2015), de uma síntese imperfeita (ALSINA 7 JR., 2003) e de um destino paralelo das duas políticas (SAINT- PIERRE, 2010).

Neste sentido, buscamos, ao longo do trabalho, responder ao seguinte problema: qual o grau de articulação entre a Defesa Nacional e a Política Externa no Brasil?

2.4 JUSTIFICATIVA

Justifica-se este projeto devido à falta de conhecimento e a relativa a baixa prioridade atribuída pela diplomacia ao poder militar como ferramenta de política externa. Além disso, há a inexistência de mecanismos efetivos de o que de certa forma é algo frustrante para uma nação da capacidade e grandeza do Brasil.

O assunto interessa não apenas aos brasileiros comuns e militares (no que tange ao poder militar) mas também aos parceiros soberanos, investidores estrangeiros que desempenham papel fundamental e crítico no rápido desenvolvimento interno e externo do Brasil.

Para que possam se envolver de maneira efetiva com o Brasil, os estrangeiros precisam de mais clareza e certeza.

Ao referir-se sobre este assunto (MOTTA, SCHMDITT, VASCONCELLOS, 2016, p.7) comenta que não podemos estar alheios às surpresas, uma vez que, decisões governamentais no assunto defesa influenciam nas ações militares:

Atualmente, qualquer tecnologia, informação ou mudança é potencial causadora de impactos dramáticos na sociedade e nas organizações produtivas. No contexto atual das organizações, tão importante quanto a consciência das transformações é não se deixar vulnerável as surpresas.

Decisões governamentais no ambiente de defesa impactam as possibilidades de ação das organizações da área. Portanto, nada mais desejável do que estimular profissionais e pesquisadores nesse Campo a dedicar a sua atenção a busca de novos caminhos para maior efetividade. (MOTTA, SCHMITT, VASCONCELLOS, 2016)

A Política externa requer capacidade pessoal, recursos institucionais e visão estratégica de longo prazo. Envolve o interesse público, a segurança nacional de um Estado e uma ampla estabilidade internacional.

Como potência em rápida ascensão, o Brasil precisa encontrar seu lugar de maneira efetiva em um mundo cada vez mais complexo. Fazê-lo não só beneficiará o país como garantirá a estabilidade na região e no cenário internacional.

2.5 QUESTÕES DO ESTUDO E HIPÓTESES

A Política externa e a Defesa Nacional (DN) merecem um destaque quando entendemos a importância sobre a discussão do assunto segurança ser debatida nas esferas de questões militares, de segurança, econômica, político e social.

O mundo sofre mudanças constante, com o índice de violência e instabilidade econômica variável contribuindo para dos conflitos mundiais onde a paz pode ser ameaçada. Não podemos estar alheios às explorações de recursos naturais nas fronteiras, o aumento do terrorismo no mundo, o narcotráfico e demais ameaças exigindo uma participação expressiva para a defesa dos assuntos nacionais.

A hipótese do trabalho é intrinsecamente o grau de articulação entre a política externa e a política de defesa no Brasil é baixo, embora observe-se um aumento a partir de 2003 como uma ação complementar e conjunta para os interesses nacionais. A evolução desta articulação pode ser percebida pelo interesse das frentes parlamentares no debate sobre a defesa (na esfera política do Legislativo e Executivo).

2.6 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Inicialmente, a pesquisa será realizada utilizando-se uma metodologia bibliográfica-documental. Dessa forma, serão realizados os seguintes procedimentos: foram apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica e documental realizada, tendo sido coletadas informações ao tema com base em monografias relativas ao assunto realizado, por fontes de renome no meio acadêmico militar, manuais do Exército Brasileiro, artigos e livros já publicados sobre o assunto, utilizando-se para banco de dados eletrônico.

Após a coleta de informações, foram levantadas as características de cada postura, no que tange, a esses instrumentos da Relação Internacional (RI) e como influenciam no

contexto global. Essas informações foram devidamente registradas pelo processo usual de fichamento.

Determinou-se um modelo de Defesa Nacional (DN) frente a Política Externa mais adequada para o contexto atual global.

Analisou-se e confrontou-se os resultados obtidos com as hipóteses propostas neste projeto de pesquisa, de forma que essas hipóteses foram confirmadas.

2.7 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa bibliográfica-documental permite estabelecer estratégias que facilitem a busca do objetivo de estudo e possibilidade para a produção do conhecimento. Por se tratar de uma pesquisa tipicamente bibliográfica, foi empregado, como instrumento de pesquisa, o processo do fichamento, com a finalidade de armazenar as informações necessárias ao desenvolvimento deste trabalho acadêmico.

3 RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

3.1 A POLÍTICA EXTERNA

A Política externa como objeto de estudo considera variáveis como: condições do sistema de poder, conjunturas políticas (internas e externas) e por este motivo, sua análise não pode ser realizada levando-se em conta variáveis isoladas, e sim, um somatório das variáveis econômicas e políticas, sem excluir as considerações estruturais e conjunturais.

Os Estados analisam os diferentes interesses de realidades internas e externas, para a convergência ou divergência entre diferentes parceiros onde as relações entre Estados interagem na descoberta do “interesse em comum, naquilo que constitui um relacionamento com vantagem mútua” (ALTEMAN *Iapud LIMA*, 2000)

Segundo a teoria clássica de políticas externas, identificamos uma dualidade entre o poder estratégico de um país e os instrumentos militares para a projeção externa. Ela expressa, hipoteticamente, a expressão política interna mesmo quando diante de outros países possa transmitir a comunicação de ser um governo imperialista quando internamente seria democrático.

Uma política externa pode ser ativista, quando o país para influenciar sua atuação na agenda internacional, procurar coordenar as atividades políticas, econômicas e sociais, culturais e até militares, isoladamente ou em acordo com outros países para poder ter voz ativa nas decisões de caráter global. Assim como, pode ser passiva para manter seus privilégios e garantia de manter acordos, como podemos exemplificar, o Brasil e EUA sendo aliados nas decisões consensuais quanto aos problemas mundiais e posicionamento quanto a determinados países. Para entender a dinâmica da política externa, anteriormente, relatamos o comportamento externo de um país age em conformidade com as instituições domésticas (internas), as estatais e a sociedade civil para identificar como o Estado interfere na política externa e nas relações internacionais.

Segundo PUTNAM (2010, p.2.9-170) o conflito doméstico em relação ao interesse nacional pode ser visto pela abordagem de jogos de dois níveis (*two-level game*), onde os grupos domésticos, para obterem seus interesses, pressionam o governo a aceitar a

formulação e agendamento políticos em conformidades com seus pensamentos. No nível internacional, os governos nacionais maximizam o atendimento aos agentes domésticos e em contrapartida minimizam as consequências dos acontecimentos externos. Esta dualidade não pode ser negligenciada no estudo da interdependência. Esta análise envolve o poder Executivo, devido à natureza mediadora de ambos os lados, e deve-se entender como elementos da política doméstica: partidos políticos, as classes sociais, grupos de interação ou de interesses, os legisladores, as eleições, a opinião pública e demais grupos da sociedade. MILNER (1997) relata que esta relação entre política doméstica e às relações internacionais que estão ligadas devido à influência nos assuntos de política interna e aspectos econômicos, assim, interfere nas relações internacionais (diferente das teorias realistas onde o Estado age sozinho).

BROWN (2001) defende a ideia do papel do Estado ser: “legalmente soberano, não reconhecendo nenhum ente exterior como superior nem um igual internamente. E o Estado existe em mundo composto de outros estados, com características similares, com territórios definidos e constituindo unidades soberanas.

A teoria do realismo político ou tradicional pode ser entendida como o Estado como um ator unitário (aquele que não tem preocupações com a disputa do poder exercido como estatal e rejeitam qualquer tipo de influência do ambiente interno sobre as políticas desenvolvidas com a política externa) e racional (o cálculo de poder-força são baseados nos custos e riscos de ação na tomada de decisão). Nesta corrente, valoriza os interesses nacionais para a garantia de sobrevivência, proteção das fronteiras físicas e realizar acordos que beneficiam o desenvolvimento da nação.

MORGENTHAU (2003, P.10) como autor realista apresenta em seus estudos uma opinião negativa para os interesses nacionais devido à dependência do Estado as variáveis das políticas do governo (o sistema internacional como fator determinante) e a falta de um planejamento estratégico a longo prazo.

Segundo SOARES DE LIMA (200, p.270) a teoria realista não considera a política externa como política interna, sendo imediatistas descartando a autonomia com relação ao Estado e os demais elementos que são primordiais. O poder Legislativo e Judiciário atuam na esfera estatal e atuam sem conhecimento técnico de política externa, onde a sua

competência seria para as questões de interesse da sociedade de caráter de urgência (devido a demanda de ações) e não de planejamento para longo prazo.

Quanto às teorias liberais ou pluralistas surgem como os críticos da teoria realista após a Guerra Fria onde o pensamento circunda com a temática de estudar as mudanças quanto à globalização, o liberalismo econômico, as crises, à tecnologia, as variações do poder, o ativismo e movimentos sociais e diversos fatores em cadeia que não poderiam ficar à margem das discussões nas tomadas de decisão. As empresas privadas e a sociedade civil interagem e iniciam o processo de conscientização sobre como os Estados nacionais estavam conduzindo o país. Esta teoria promove a mudança do pensamento analisando os fenômenos internacionais como influenciadores nas decisões domésticas, não podendo limitar as análises somente no ambiente interno – conceito interméstico. O Estado não pode ser unitário e racional, mas estudar o comportamento das interações das instituições, atores subestatais e sociedade no processo de formulações políticas.

Para (OLIVEIRA, 2006, PP. 73) a política externa pode ser compreendida como uma política pública por envolver diversos atores conflitantes e estas mudanças influenciam nos assuntos relativos à política externa. PINHEIRO & SALOMÓN (2013, p.45) contribuem propondo que as instituições influenciam nas variáveis domésticas e por este motivo, a corrente liberal abre o campo de estudo da política externa.

Assim, pode-se evidenciar os governos seguindo o sistema internacional seguindo as políticas externas anteriores para garantir autoridade, confiança e qualidade para deixar uma imagem de impacto ganhando a atenção de possíveis investidores. Se um país deseja o ganho nos acordos comerciais, é preciso criar oportunidades no quadro econômico e comercial. As tomadas de decisão precisam de uma ligação e interesses, onde de um lado o sistema político nacional e do outro o sistema internacional.

Os Estados atuam na promoção do interesse dos cidadãos, das empresas e dos conglomerados territoriais. Assim, no caso de um embate de uma empresa brasileira com contencioso internacional teremos a presença da Organização Mundial do Comércio (OMC), operando como o Ministério das Relações Internacionais apresentando provas e defendendo interesses, uma vez que estas entidades representam o país internacionalmente.

Podemos observar neste cenário, o Estado como elemento de garantia para os cidadãos mediante sua legitimidade e exercendo o poder de governar e influenciar a Administração pública quanto aos interesses internos e externos.

A política externa dos Estados apresenta tais características com o fim da II Guerra Mundial onde a Inglaterra perde o poderio para os Estados Unidos da América (USA) e a extinta União Soviética (URSS) formando dois blocos ideológicos distintos. Em voga, após a guerra de movimento surgem o poder político-diplomático das áreas de defesa onde são divididas e áreas como o meio ambiente ganham importância com o advento da globalização e expansão industrial.

A globalização promoveu a abertura econômica na comunidade internacional e privatizações começaram a ser efetivadas, as indústrias expandiram seus mercados mediante fusões e aquisições influenciando totalmente na política externa. As mudanças permitiram os países descolonizados e menos desenvolvidos tomam um novo papel no processo global influenciando e sendo influenciado.

O Mercosul é mais do que uma união aduaneira ou um mecanismo de promoção do comércio. O Mercosul tem efetivamente criado uma série de níveis de entendimento com a cooperação militar, a cooperação entre profissionais liberais, o intercâmbio educacional e cultural, em suma criou uma verdadeira intimidade que não existia antes até porque vivíamos de costas uns para os outros.

O Ministério das Relações Exteriores e o seu papel é definir a política externa. Para HERMAN (1990), a política externa apresenta como elenco: os líderes, as demandas da burocracia, a reestruturação doméstica e os casos de choque externos (fim de guerra ou possíveis atentados). Estes citados são influenciados por fatores como: ajustes (relacionados ao aprofundamento da política atuante), mudanças (de programa quanto aos objetivos ou aos problemas quando a política externa altera) e modificações de objetivos quanto ao cenário mundial. Logo, a política externa apresenta como elementos dinâmicos durante a análise dos processos ao longo dos anos (ALTEMANI,2005):

- Análise da realidade interna;
- Análise da realidade externa;
- Análise da compatibilização das realidades internas com as possibilidades externas;

- Processo de tomada de decisão;
- Implementação da decisão;
- Ação;
- Avaliação da política externa.

Assim, podemos considerar com a abordagem tradicional, o entendimento que os Estados têm políticas externas coerentes, mediante ações particulares, direcionadas aos governos calculam tais ações e suas consequências.

A política externa é uma política pública tratada fora das fronteiras e influenciada pela politização. A politização pode ser entendida como um debate de ideias, valores e assuntos de interesses sobre escolhas políticas, disputas internas e externas burocráticas, assim como, entre atores sociais diferentes com o intuito de identificar as demandas dos assuntos políticos onde a política externa encontra-se inserida. (MILANI e PINHEIRO, 2013, pp. 29-30).

Para HART, STERN e SUNDELIUS (1997, pp.7-8) a presença de grupos da sociedade no processo de elaboração e tomada de decisão da política externa, permitiu a possibilidade de grupos menores influenciarem em decisões políticas importantes na política externa do país. Esta interação permite visualizar como os grupos podem ser agentes de mudança quando agem em fóruns ou por órgãos institucionais. Desta maneira, aliados aos atores não estatais, foi criado um órgão institucional permanente para representar os interesses destes grupos, criando um Conselho Nacional de Política Externa (CONPEB) com base nos artigos previstos em artigos da Constituição de 1988 que determina a participação nas funções governamentais. A sociedade civil exige transparência nos processos e participação na elaboração de políticas públicas.

Durante a Conferência Nacional 2003-2013: Foi realizado uma proposta de uma nova política externa, com a realização do grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI) com a Universidade Federal do ABC, entregue ao Ministro Antônio Patriota uma carta onde o teor retrata sobre a nova inserção do Brasil no cenário internacional. Como resposta positiva, o ministro citado assinalou a institucionalização. O CONPEB apresentava como tema: fazer um acompanhamento da condução da política externa e a definição de diretrizes.

O Itamaraty reagiu contra e com o fim do mandato do presidente Dilma Rousseff a ação não pode ser revalidada.

O Brasil como potência regional periférica com desigualdade social, o tema soberania e aumento da autonomia não se restringe ao poder militar. Ele existe como uma ferramenta para inibir interferências externas e ampliar sua atuação internacional. Assim, a articulação ideal para a política externa com a defesa nacional deve seguir os parâmetros abaixo (ALSINA,2009, p.186):

(I) existência de mecanismos formais e informais de diálogo entre as burocracias envolvidas na formulação e na implementação das duas políticas;

(II) os mecanismos existentes devem ser fluidos e consequentes;

(III) o diálogo institucional proporcionado por esses mecanismos deve ser plenamente congruente com as diretivas emanadas do Presidente da República – Comandante em Chefe das Forças Armadas e responsável último pela política;

(IV) a implementação das duas políticas;

deve ter por base não somente objetivos de curto, mas também de médio e longo prazos – derivados de amplo consenso político sobre a “grande estratégia” nacional;

(V) a implementação das políticas deve ser a mais congruente possível, de modo que uma não venha a minar a outra;

3.2 A POLÍTICA DE DEFESA

Para reflexão e clareza sobre o conceito de Defesa Nacional (DN), a fim de corroborar o entendimento, deve-se sua importância quanto ao papel principal que reflete: no monitoramento e vigilância nas fronteiras com o intuito de prevenir possíveis ameaças à segurança nacional, as indústrias científico-tecnológicas e a geração de recursos humanos com qualificação para atuar nas demais atividades citadas voltadas para a defesa do país. (Site Ministério da Defesa)¹

1

Um assunto de suma importância para a sociedade, entretanto, deixado à margem decorrente de uma apatia cultural e falta de interesse nos centros acadêmicos ou mesmo centros de estudos político. MOTTA, SCHMDITT, VASCONCELLOS (2016, p.11) menciona sobre a transformação como reflexo após a vitória dos aliados na II Guerra Mundial, onde as táticas e ações começam a ganhar maior credibilidade.

Para contextualizar o assunto, não podemos ignorar fatos históricos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial (II GM) quando as táticas de guerra e doutrinas militares foram contagiadas com informações adquiridas neste contexto de conflitos mundiais.

A independência das Américas, no início do século XIX, a sociedade americana apresentava divergências entre os estratos onde de um lado, a classe elevada era representada pelos governadores europeus; a média pelos “*criollos*” e o baixo pelos indígenas da época. Surgem guerras no Pacífico (as chamadas guerras cisplatinas), entre Bolívia e Paraguai (do Chaco) do México com EUA (Estados Unidos da América), Peru-Colômbia e outras, como movimentos que lutavam contra a legitimidade dinástica e desta maneira, fomentava o idealismo liberal e a importância da nova doutrina de direitos humanos para a política democrática.

Para PESSINI (2007, P.29) podemos considerar que:

A ocasião para a revolta foi fornecida pela invasão francesa da Espanha e pelo aprisionamento do monarca espanhol, Fernando VII, 1808. O que ocorria na Espanha ocorreu nas Américas: juntas locais e vice-reais foram formadas e assumiram o controle político das cidades e territórios coloniais. (PESSINI, 2007, p..29) O Brasil participou apenas na Segunda Guerra Mundial veladamente por parte dos países dos eixos (Alemanha, Itália e Japão) e contribuiu com as bases navais e aéreas no território em seu território e desde manteve um clima de calma de conflitos globais.

A experiência de apoiar o lado dos aliados, e sendo subcontinente, ampliou para o mundo uma nova realidade, principalmente, para os países derrotados. No contexto militar,

doutrinas, novas táticas e estratégias eram estudadas, aprendidas e consequentes modificações foram operadas.

No Brasil, o resultado deste aprendizado culminou na criação do Estado-Maior Geral (EMG), criado em 1º de Abril de 1946, quando as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) iniciaram um trabalho em conjunto como fim de trocar informações quando o assunto for de proteção dos interesses da nação.

Para motta, schimmit, vasconcelos (2016, P.30) *apud* flores (2011) discurso sobre o assunto descaso com as necessidades de investimento nas políticas de defesa (Defesa Nacional) como quatro (04) razões:

- a) o preconceito gerado pelas interveniências militares na vida social;
- b) a falta de oportunidades para o clientelismo;
- c) o fato de a Defesa Nacional (DN) não gerar votos;
- d) a ausência de ameaça clássica em que o Brasil tivesse vivido papel protagônico.

O ministro Celso Amorim (2016) declara sobre as relações da Defesa com a sociedade um aspecto positivo na construção do país como nação independente:

Passado mais de um quarto de século desde a redemocratização, esta convicção tem sido corroborada pelos fatos. A liderança civil das Forças Armadas é hoje uma realidade não contestada. A ela corresponde, com igual naturalidade, a valorização e o respeito do profissionalismo militar. A altíssima credibilidade de que gozam nossos marinheiros, soldados e aviadores junto à população brasileira - inclusive consignada em estudo do IPEA - dá testemunho disso. O crescente interesse público por assuntos militares não se confunde com militarismo de qualquer natureza. O envolvimento do conjunto da população no debate sobre as questões da paz e da guerra é da essência da democracia. (AMORIM, Celso.2016)

JUNGMANN (2009, P.12) realizando o discurso de lançamento da frente parlamentar ressaltou esta situação no ano da criação da Estratégia Nacional de Defesa (END). Sabe-se sobre o planejamento estratégico ser utilizado como ferramenta de estratégia

militar para levar vantagens sobre os oponentes de guerra e desta maneira, avaliar quais medidas permitem agir com as melhores chances de êxito aproveitando os melhores recursos disponíveis.

MAXIMILIANO (2004, P.161) conceitua a estratégia como:

[...] a realização de objetivos significa superar um concorrente que fica impedido de realizar os seus. Cada um dos dois lados quer derrotar o outro. Vem aí a definição de Aristóteles, segundo a qual a finalidade de estratégia é a vitória. A estratégia é o meio (ou o conjunto de meios) para alcançar um fim (ou objetivo),que é a vitória sobre um oponente.

ALSINA JUNIOR (2009, p.73) discorre sobre esta descrença da sociedade, devido o período de mais de 20 (vinte anos) de governo militar, quanto aos militares e seus atos. Ele reage declarando: “sociedade civil em relação ao estamento militar – mesmo depois de sua plena adesão aos preceitos da democracia implantada a partir de 1985”

Na era global, onde os conflitos emanam rapidamente, não podemos negligenciar a preparação das forças militares para episódios de calamidades ou possíveis conflitos mundiais e utilizar destas forças estratégicas e inteligentes para conflitos sociais com o intuito de suprir uma defasagem das forças policiais.

O Ministério da Defesa manifesta-se neste cenário como o órgão do Governo Federal incumbido de exercer direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e Aeronáutica, com a finalidade da preservação dos interesses mais expressivos sobre a soberania, patrimônio nacional e integridade territorial do Brasil. Tomou como medida construir uma Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelecendo diretrizes que permitissem assegurar a preparação e a capacitação das Forças Armadas para preservação da paz. Atende à necessidade de reorganização da indústria de defesa e desenvolvimento tecnológico assegurando a proteção da nação para cumprir sua missão, visão e valores.

A Defesa Nacional (DN) é um conceito amplo e bimodal, quanto ao aspecto, das atividades, pois não se restringe somente ao âmbito militar, mas também civil. Baseia-se em

uma atividade onde se unem um ou mais setores ou componentes militares com setores da vida política Nacional.

A partir deste pressuposto, a Defesa Nacional (DN) possui três conceitos distintos, são eles: restrito ou limitado, alargado ou amplo e global ou integrado.

O conceito da Defesa Nacional (DN) no que consiste ao restrito ou limitado, incide no aspecto de influência, com a qual se restringe exclusivamente ou preponderantemente da componente militar na doutrina, na estrutura e também no que se refere às atividades de defesa. Observa-se que, apesar de ser uma responsabilidade essencialmente militar é exigido uma certa coordenação com outros setores da política geral da nação.

Por outro lado, o conceito alargado ou amplo, abrange múltiplos aspectos como: defesa civil, defesa econômica, defesa energética, defesa científica e tecnológica, defesa cultural, defesa alimentar e etc.

Logo, a constituição deste conceito, baseia-se, na junção de todos esses componentes individuais, de forma que os mesmos interajam de forma mútua.

Para facilitar o entendimento, a Defesa Nacional apresenta como objetivos na Política Nacional de Defesa:

- I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- II. defender os interesses nacionais, as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
- III. contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- IV. contribuir para a estabilidade regional;
- V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
- VI. intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais;
- VII. manter as Forças Armadas apresentadas, modernas e integradas; com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;
- VIII. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do país;
- IX. desenvolver a Base Industrial de Defesa Nacional, orientada para o desenvolvimento e consequente autonomia em tecnologias indispensáveis;

X. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais;

XI. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Logo, podemos entender que a missão da Defesa Nacional é coordenar os assuntos relacionados a defesa, com ímpeto para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais da lei e da ordem, relacionados ao patrimônio nacional, os interesses nacionais e auxiliar na projeção do governo brasileiro no exterior. Visando posicionamento perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional como um órgão do Estado integrado a segurança nacional e as políticas de defesa nacionais, exercido pelas Forças Armadas com uma estrutura político-estratégica brasileira.

ALTEMANI (2005, p.30) declara que as Américas estavam distribuídas por sistemas regionais onde observava-se o imperialismo econômico desejando conquistar áreas de influência e ampliação do mercado com matérias-primas, divisão internacional do trabalho entre países industrializados e agroexportadores. Desta maneira, com esta política independente poderia imperar e impor sua soberania.

Em contrapartida, no Brasil a política externa brasileira desenvolvia-se da seguinte forma, segundo WERNECK (1987) :

Na década de 90 apresentamos 03 linhas de força da Política Externa Brasileira nas esferas econômicas e política:

a) A afirmação da dinâmica democrática brasileira e de seus desdobramentos no contexto do mundo;

b) A tentativa brasileira de competir na economia global por meio de assimilação da lógica do livre mercado para a colocação no desenvolvimento nacional;

c) Reiterar valores como o respeito aos direitos humanos, a conscientização ecológica, o combate ao crime transnacional e outros.

A nova política externa pode ser identificada por 03 pilares: a democracia reconquistada, a integração regional e sua relação de interdependência com a globalização. As mudanças sofrem influência do Itamaraty e suas ideias do passado perpetuam-se, defendendo de interesse setoriais e específicos, incluindo agendas de empresas públicas no processo decisório. Com a crise da economia nacional em 2013, durante o governo Dilma Rousseff, a política externa

ganha novos rumos onde o Brasil abre o canal de diálogo de negociações com parceiros internacionais.

3.2.1 O poder militar

O interesse do debate político e público da sociedade sobre os temas como: a segurança nacional, estratégia militar e o comércio exterior, o Congresso e Ministério de Relações Públicas permitiram uma interlocução para a redemocratização do Estado. Sendo uma política pública, os assuntos de interesse influenciam na sociedade e o exercício da democracia. O poder militar é um fator que possibilita ampliar a capacidade de diálogo e autonomia no país para o interesse nacional. O enfraquecimento deste poder limita as manobras da política externa e permite a possibilidade de disputas com potências de outros países.

A política externa e a defesa dialogam sobre o papel do Estado no ambiente internacional articulando e coordenando os diversos grupos envolvidos nos interesses diplomáticos e militares. A ação conjunta permite a otimização dos recursos para os assuntos internacionais e alavancar a inserção no exterior. Por este motivo, a manutenção deste diálogo é de suma importância estratégica de ação internacional. Para uma mudança qualitativa da política externa é necessário implantar ações em outras fronteiras, no território sul-americanos e investimento na força expedicionária para apoio permanente em missões do exterior.

Para MOTTA, SCHMITT e VASCONCELOS (2016, p.5) a defesa:

A defesa de uma nação requer o eficiente poder militar. O poder militar consciente e disciplinado, em condições de ser preponderante e eficaz no caso de um conflito militar. Mas também preparado, eficiente e disciplinado, em condições de ser coadjuvante e observador, no caso de conflito não militar.

Na Constituição Federal de 1988, no artigo 142 apresenta as Forças Armadas (Marinha, Aeronáutica e Exército) responsáveis pela defesa da pátria, à garantia dos poderes

constitucionais e da lei e da ordem. O artigo 144 atribui ao Estado o dever da segurança pública com o fim de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através da atuação das forças policiais. (Política da Defesa Nacional -2012).

O Brasil para inserção no cenário internacional busca consolidar o poder militar para as missões de paz futuras. Para galgar um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o poder militar não deve ser usado apenas como um instrumento de forças contra possíveis ameaças, mas também como instrumento para política externa garantindo a segurança nacional.

O poder militar como influência de poder pode ser classificado quanto a sua força e manipulação. O poder militar com a força corresponde “forma de ameaça, coerção, dissuasão e proteção, como também as políticas governamentais como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças”, assim como, em determinadas ocasiões o uso da sedução para proteção, admiração, ou seja, capacidades persuasivas. A força pode ser de forma direta (violência física) ou indireta (meio não violentos).

Quanto maior a comunicação de coerção de uma relação social, “maior será a resistência ao seu mandante” (NYE *apud* ALSINA JUNIOR, pp.23, 25). Em casos de crise, o poder militar age com a finalidade de pressionar o adversário ou oponente e induzir para a posição ao nosso favor e desta maneira, possibilita indicar a posição do Estado na defesa de seus interesses.

Para entender o grau de articulação da política de defesa é necessário identificar os conceitos de segurança e defesa para elucidar como agem, respectivamente, na formulação de estratégias e processo decisório. (PEDROSA, 2013).

O conceito tradicional preconiza a definição subjetiva de segurança onde a preservação da soberania e integridade territorial, promovendo os interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garante aos patriotas o exercício de seus direitos e deveres constitucionais. O conceito leva em consideração as questões de segurança e insegurança devido os elementos como: vulnerabilidade, ameaça e risco (AYOOB, 1992). A defesa nacional pode ser entendida como (END-2008):

O conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças, preponderantemente, externas, potenciais ou manifestas.

A Amazônia recebe a titularidade de patrimônio da humanidade e iniciam as propostas de administração da mesma. Os países ricos tomam ciência da sua importância e o Exército Brasileiro recebe ameaças de perder a defesa da região. O desenvolvimento das capacidades recebe maior atenção e desenvolve uma Doutrina de Combate de Resistência objetivando o aperfeiçoamento dos exercícios militares para combate de guerra irregular e a construção de manuais detalhando a doutrina, como o EB20-MC - COMBATE DE RESISTÊNCIA (MAGLUF JR.,2010).

Segundo OKADO *apud* LIMA (2013, p. 15) analisa a articulação em três aspectos: “a presença das burocracias especializadas, diplomáticas e militares, no processo de formulação e na condução de ambas as políticas; o alinhamento entre os seus objetivos; e o entendimento e o tratamento atribuído às questões de segurança e defesa”.

LIMA (2010, p.402-403) acrescenta o fator da política de Estado criando diretrizes ou objetivos para a organização da burocracia diplomática e militar para a participação da comunidade política e assim, definir melhor o poder político.

3.2.2 Plano estratégico de fronteiras

O Brasil encontra-se inserido na agenda internacional em duas correntes teóricas: o estudo sobre a paz e a adesão dos Estados aos regimes institucionais como entrada na inserção internacional e a outra com os estudos estratégicos nas relações entre Estado e o sistema internacional. (PROENÇA JR; BRIGAÇÃO, 2002). Sua posição geográfica, fatores históricos e políticos, situado na região sul-americana, e seus acordos com os EUA, facilitaram o afastamento de conflitos mundiais.

Após o governo militar (21 anos sobre o comando dos militares) e a chegada do regime “democrático”, as forças armadas são integradas no Ministério da Defesa, órgão do Governo federal, envolvendo as 4 forças: Marinha, Exército e Aeronáutica.

Uma união recente, desde a época do Estado-Maior existiam estudos de acadêmicos correntes que relataram sobre a necessidade de criação do Ministério de Forças Armadas. Podemos evidenciar na Constituição de 1946 a citação de um Ministério único, mas a proposta fora rejeitada. (Como antecedentes no apêndice A - Evolução histórica da política externa)

Segundo MOTTA, SCHMIDITT e VASCONCELLOS (2016, P.18) evidencia-se pensamentos tímidos sobre a criação do Ministério das Defesa:

Os arquivos dos Centros de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV), do Rio de Janeiro, comprovam que a ideia de um ministério para as Forças Armadas não era novidade. No governo do presidente Castello Branco (1964 a 1967) vislumbrava-se a necessidade da criação de tal instituição que, à época, recebeu a denominação de Ministério das Forças Armadas.

SILVA (2011:120) comenta que a II Guerra Mundial permitiu conhecer novas técnicas para o setor bélico e uma nova perspectiva no gerenciamento de pessoas. Somente no plano de governo do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a discussão retorna como forma de otimizar o sistema de Defesa Nacional (DN), criar uma política de defesa sustentável e unir tais forças.

Desta forma, a EMFA (órgão com responsabilidade de realizar estudo para o Ministério de Defesa), realizou um levantamento sobre os ministérios de defesa com semelhanças quanto às características do Brasil quanto ao território e volume populacional (um dos exemplos analisados devido ao passado de centralização foram os EUA).

Os dados levantados foram examinados e somente na reeleição do presidente citado a implantação teve seu início com o senador Élcio Valadar Ministro Extraordinário da defesa (1999) com o chamado Grupo de Trabalho Interministerial. Para OLIVEIRA (2005, P.119) a criação do Ministério da Defesa é “a mais importante reforma no campo da Defesa Nacional (DN) na história republicana em condição de normalidade democrática”.

O ministro civil devido à falta de experiência quanto às questões de Defesa foi mantido, mas foi visto a necessidade de criar o cargo de chefe do EMCFA na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, que outorga o cargo de chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) onde a ocupação seria de um oficial general do último posto, da ativa ou da reserva elegendo um representante militar.

O Exército mostra-se presente nas regiões de fronteira com os batalhões onde o vínculo com os habitantes evidencia-se em ações como registros de nascimento, apoio humanitários quanto às doenças e registro dos casamentos formalizados.

A defesa da Pátria compete às Forças Armadas para a preservação da integridade territorial, soberania e a independência nacional conforme declara os poderes da constituição:

A tarefa de garantir os poderes constitucionais, atividade também de competência exclusiva das Forças Armadas, tem por objetivo a defesa do Estado Democrático de Direito, que se manifesta pelo livre exercício dos três Poderes, pelo funcionamento das Instituições democráticas e pela preservação da autoridade institucional.

O Exército Brasileiro aparece presente na segurança das fronteiras brasileiras nas regiões de divisa com dez países vizinhos. Em junho de 2011, o Plano estratégico de Fronteiras (PEF) sempre age combatendo crimes, evitando o contrabando de armas e substâncias ilegais com trabalhos de inteligências e investigação em conjunto com as ações de órgãos federais de segurança que são: Polícia Federal, Polícia Rodoviária e Força Nacional de Segurança.

MOTTA, SCHMIDT E VASCONCELLOS (2016, p.9) consideram que:

[...] é necessário alavancar a criação do conhecimento organizacional para proporcionar maiores níveis de autonomia e de realização e induzir ações estratégicas que permitam às organizações gerar valor adicional e atuar com mais agilidade nas arenas em que estão imersas.

A Amazônia é o nosso maior patrimônio e devido a sua biodiversidade e densidade demográfica a maior floresta tropical do mundo. A floresta é protegida totalmente pelo Brasil, e devido suas riquezas minerais precisa ser preservada contra ataques estrangeiros. Apresenta como características e riquezas: reservas de água doce (uma das maiores reservas do mundo), reservas minerais: nióbio, ouro, pedras preciosas (diamante) e petróleo. Devido à ausência do Estado, os habitantes são carentes de saneamento básico, atendimento médico e a precariedade pode ser vista em cada canto da Amazônia.

A tutela da Amazônia é de responsabilidade brasileira segundo a Estratégia Nacional de Defesa. O mundo tem interesse neste território, os países desenvolvidos e a nossa sociedade reivindicam medidas protetivas para esta região, sugerindo modificações que colocam em evidência a soberania e a integridade territorial do país.

A posição equatorial facilita possíveis invasões por aproximação com o Caribes e dos Andes, e sua extensa massa de água permite a penetração por meios marítimos.

O LIVRO BRANCO pode ser analisado como o livro que comunica os objetivos propostos a defesa do Brasil e os meios para se chegar a este fim e sinaliza o planejamento a médio e longo prazo para às estratégias visando a preservação dos interesses brasileiros, mantendo políticas de paz com parceiros nos países do exterior. Uma ferramenta estratégica cuja a transparência dos temas militares possibilita integrar a sociedade quanto o seu compromisso quanto às questões da Nação e desmistifica a imagem do passado de repressão e afastamento.

Com relação ao vasto poder presidencial, que praticamente monopoliza a direção política das Forças Armadas e Defesa Nacional (DN), o Legislativo desempenha funções complementares e dependentes. Dependentes porque não compartilha das prerrogativas presidenciais, exclusivas do chefe de Estado; complementares, pois existe uma gama de ações de controle legislativo, inscritas na Constituição, que o Legislativo nem sempre aciona com a devida atenção e responsabilidade.

Nesse contexto, o General de Exército Albuquerque, ressalta:

A confiança que a Nação deposita em seu Exército emana do profissionalismo da Instituição, de sua identificação com as aspirações nacionais, da sensibilidade que tem para compreender o presente aliada à capacidade de adaptar-se à evolução dos cenários, modernizando-se, sem abandonar os valores básicos que determinam sua peculiar identidade. Preservar essa identidade, que caracteriza a Instituição e seus componentes, é o que de nós espera e exige a sociedade. (ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de. Diretriz Geraldo Comandante do Exército. Brasília, DF, 03 fev. 2003)

3.3 A DEFESA NACIONAL COMO FERRAMENTA DE POLÍTICA EXTERNA

O Brasil aspira ocupar uma cadeira da ONU e conseguir uma cadeira permanente ganhando um novo patamar internacional. Para isso, além de muitos outros aspectos, precisaremos deixar aliança estável e manter apoio de países como EUA.

Quanto à segurança internacional e regional, o Brasil foi integrante do Conselho de Segurança não permanente, atuou nas missões de paz humanitárias da ONU, para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e a atual Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), age como integrante do Conselho de Defesa Sul-Americana (UNASUL) e participa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Em relação às zonas de influências, o Atlântico Sul pode ser porta de entrada para possíveis ameaças ou tensões futuras devido as riquezas de pescado, as riquezas minerais e petróleo já citadas no estudo. Os países desenvolvidos como por exemplo, a grande potência norte-americana durante sua trajetória histórica investiram fortemente e por este motivo, as nações temem ir contra sua política de defesa e explica-se seu poderio até a atualidade sobre diversos países.

O Brasil influenciou no renascimento africano expandindo o alcance diplomático e consular com a África:(38 embaixadas brasileiras e 34 embaixadas africanas no Brasil) onde as nações perceberam as ações diplomáticas em momentos de crise. Em 2012, a China importou vários produtos do Brasil possibilitando um crescimento industrial e tecnológico, e desta maneira, integra o país contexto da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). Este acontecimento contribuiu para o desenvolvimento da revalorização dos interesses brasileiros, um exemplo, sobre o avanço na articulação política exterior com a política de defesa nos governos de Lula e Dilma Rousseff. O interesse em realizar alianças com outros países, pode ser avaliado como uma forma de enfraquecimento da autonomia do Itamaraty, a capacidade econômica e com discussões multilaterais (AMORIM NETO,2011, 125-130):

Devido a grave crise econômica de política de Estado de 2014, aliado ao *impeachment* do presidente Dilma Rousseff, as reformas previdenciárias e trabalhista do governo Temer com morosidade e a redução dos gastos públicos em áreas de extrema importância, como os recursos das Forças Armadas e tantos outros fatores, prejudicam o Brasil com desvantagens para manter a boa imagem de país para investimento e posicionamento perante os demais países sul – americanos.

Em contrapartida, países como o Chile, Venezuela e Peru, com crise econômica grave não realizaram cortes e intensificaram a preparação das Forças Armadas contendo os opositores da sociedade e a intervenção dos EUA (Donald Trump em 2017).

Em 2014, o Exército Brasileiro mediante estudos começou a realizar análise sobre a criação da Força Expedicionária, subárea do Projeto estruturante do novo Sistema Operacional Militar Terrestre (SIMOMT) objetivando a prontidão para a mobilidade de unidades brasileiras para as missões externas e uma vantagem competitiva para garantia de respeito nas organizações internacionais e viabilizar o pleito para ser inserido no Conselho de Segurança das Nações Unidas (com implantação prevista para 2022).

O principal objetivo é a prontidão, para podermos atuar em vários contextos. Hoje precisamos mobilizar nossas unidades a cada missão que o Brasil é demandado”, explicou o Cel Civolani. “Comum a estrutura sempre preparada a atuar, o Brasil obtém mais respeito de organismos internacionais e valoriza seu pleito para integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas”.(DEFESA.NET)

O Brasil, mesmo diante de entraves econômicos e crises, desenvolve projetos com tecnologias de ponta de comunicação como o Projeto ASTROS2020/AVIBRAS de um foguete concorrente com os demais países e testado eficazmente em guerra, como as do Golfo. Além de recentemente, finalizando a fase de testes do míssil tático de cruzeiro com alcance de até 300 km, aumentando o poder de dissuasão da Força Terrestre. O SISFRON do Exército Brasileiro, com sistema de comando e controle nas fronteiras terrestres brasileiras, a IMBEL representando a indústria de material bélico de uma empresa estatal junto com o Ministério da Defesa, criando armamento de fuzil de assalto leve moderno criado em 2019. (Como antecedentes no Anexo A e B).

Observa-se que mesmo diante de crises multimodais, o Brasil vem numa crescente modernização de sua Força Armada, ampliando o poder dissuasório, ampliando também participações em missões de paz, principalmente após o marco temporal de 2013 com as excelentes missões de sucesso no Haiti, que de certa forma proporcionou uma grande projeção Internacional frente aos trabalhos exemplares do Brasil das operações.

Para MEDEIROS *et al* (2019) na atualidade, o Brasil apresenta dificuldade em tratar do assunto política externa devido às raízes herdadas pelo ponto de vista social e internacional. O

atual chanceler e ideólogo, Ernesto Araújo, apresenta uma base com ideias do movimento conservador no Brasil (influenciado pela tradição conservadora americana) otimismo encontra-se na expectativa do presidente Trump manter-se no poder e ganhar benefício devido os privilégios conquistados caracterizando o antigo americanismo, contudo, existe a possibilidade desta realidade sobre mudanças.

A política externa e a defesa dialogam sobre o papel do Estado no ambiente internacional articulando e coordenando os diversos grupos envolvidos nos interesses diplomáticos e militares. A ação conjunta permite a otimização dos recursos para os assuntos internacionais e alavancar a inserção no exterior. Por este motivo, a manutenção deste diálogo é de suma importância estratégica de ação internacional. Para uma mudança qualitativa da política externa é necessário implantar ações em outras fronteiras, no território sul-americanos e investimento na força expedicionária para apoio permanente em missões do exterior. Não há dúvidas de que há muitos aspectos a melhorar em relação a articulação desses instrumentos das relações internacionais.

APÊNDICE

APÊNDICE A : EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA EXTERNA

1822- 84 Acomodação	1844 -70 Reação	1871-89 Consolidação	1930 - 45 Getúlio Vargas	1946 - 50 Eurico Gaspar Dutra	1951- 54 Retorno de Getúlio Vargas
-Momento de concessões onde a exclusão de um colonialismo obsoleto e inclusão de uma moderna dependência, demonstrava relevância ao liberalismo comercial inglês e aos sistemas internacionais de tratados.	-Ocorre um movimento de abertura à reação da hegemonia europeia e a manobra no continente. Os brasileiros entendem que os tratados tendiam a prejudicar aos interesses nacionais, uma vez que, um dos tratados possibilitaria a anulação da proteção das indústrias nacionais e	-Os problemas eram apenas as tensões com a Argentina e o país preocupava-se mais com as questões internas (Consolidação das fronteiras nacionais).	-A República Velha extingue e o governo presidido por Getúlio Vargas firma acordos econômicos e conexões com os EUA nas áreas de produtos manufaturados e na cooperação das forças militares. - A balança comercial começa a ter um equilíbrio, graças a exportação de produtos primários para os EUA e inicia timidamente o setor industrial. Getúlio	- Os EUA e a URSS conseguem o patamar de potências mundiais e inicia-se a guerra de interesses culminando na Guerra Fria. Os países latino-americanos solidarizaram-se e uniram as forças no plano político e econômico preservando a aliança com os Estados Unidos. O Brasil criava expectativa de privilégio quanto a sua aliança com os EUA e o clima era amistoso de solidariedade entre os países latino-americanos	- Diante do clima de insatisfação quanto a postura de buscar aporte econômico no mercado externo norte-americano para o desenvolvimento da indústria, Vargas ganha a governança, como tentativa de obter apoio político-econômico com Washington para o desenvolvimento econômico (desenvolvimento nacional) e reativar o alinhamento

	<p>daria margem para a entrada dos manufaturados ingleses. O Brasil também era impedido do acesso ao açúcar e ao café oriundo destes mesmos ingleses. Outra questão, era a garantia a livre navegabilidade nos rios da bacia da Prata e o mapa geopolítico. (Busca de controle da política comercial e alfandegária)</p>		<p>preconizava o crescimento do setor industrial e ganhava mais força junto ao governo e na política externa promovendo um alinhamento com os EUA. Vargas apresenta os benefícios que a aliança possibilitaria durante a guerra e simultaneamente, poderia banhar força negociando com outros países propiciando um clima de pacificação. O Brasil é inserido no contexto internacional não somente com produtos agropecuários, mas também com a indústria permitindo uma evolução favorável na economia. Ocorre o intercâmbio comercial com os americanos, e relacionava-se com países da fronteira (principalmente , a Argentina) mantendo um</p>	<p>quanto aos aspectos político-econômico. Os norte-americanos e forma estratégica de manter o poder criaram em 1947-1948 o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), respectivamente. As expectativas quanto aos investimentos na industrialização e investimentos foram frustradas (o Brasil não procura fontes internas para o desenvolvimento) e Vargas reassume a presidência em 1951.</p>	<p>com os americanos para o desenvolvimento de relacionamento internacional. As diferenças apreciam nos debates sobre as formas desta cooperação e profundidade deste alinhamento aos Estados Unidos. Vargas deixar claro e explícito o alinhamento ao governo norte-americano. Seus discursos internalizavam as noções mais elementares da guerra fria que confundiam o inimigo interno com o inimigo externo. (HIRST, 1996)</p>
--	--	--	---	---	---

			clima de paz. Vargas foi deposto devido e o envio de tropas para a guerra e o Estado Novo coloca em seu lugar Dutra.		
--	--	--	--	--	--

ANEXOS:**ANEXO A – COMPONENTES DE CAPACIDADE NACIONAL E ÍNDICE
COMPOSTO 2007**

Componentes de capacidade nacional e índice composto (2007)							
País	Produção de Ferro e Aço (em toneladas)	Consumo de energia primária (Milhões de toneladas equivalentes de carvão)	Militares (em milhões)	Gastos Militares (Bilhões de US\$)	População urbana (em milhões)	População Total (em milhões)	Índice Composto de Capacidade Nacional (CINC)**
China	494.899	4.117	2,26	46,17	748,53	1.325	0,198578
Estados Unidos	98.102	5.548	1,51	552,57	82,97	302	0,142149
Índia	53.080	1.573	1,32	26,51	198,08	1.134	0,073444
Japão	120.203	1.935	0,24	41,04	84,41	128	0,042675
Rússia	72.387	1.559	1,03	32,22	68,23	142	0,039274
Brasil	33.782	511	0,29	20,56	103,29	188	0,024597
Alemanha	48.550	1.158	0,25	42,11	25,34	82	0,024082
Coreia do Sul	51.517	944	0,69	26,59	22,83	48	0,023878
Reino Unido	14.317	684	0,19	63,26	55,26	61	0,021158
França	19.250	713	0,26	60,66	11,86	62	0,018924
Itália	31.553	790	0,19	37,77	13,61	59	0,017420
Turquia	25.754	370	0,52	13,64	14,18	74	0,014317
Paquistão	1.090	134	0,62	4,53	40,86	160	0,013772
Indonésia	4.016	306	0,30	4,33	35,72	226	0,013708
Irã	10.051	412	0,55	7,45	33,72	72	0,013450
Coreia do Norte	300	29	1,11	*	8,75	24	0,012925
México	17.573	300	0,24	3,98	43,02	106	0,012269
Ucrânia	42.830	391	0,01	1,80	17,97	47	0,011835
Espanha	18.999	529	0,15	17,50	18,75	45	0,011389
Arábia Saudita	4.644	352	0,23	0,04	15,86	24	0,010883

* Não disponível

**Este índice é calculado mediante a soma dos dados relativos a cada um dos seis componentes de capacidade para um ano determinado, convertendo-se o valor absoluto dos componentes de cada estado para uma fração do total internacional, e calcula-se a média dos seis componentes.

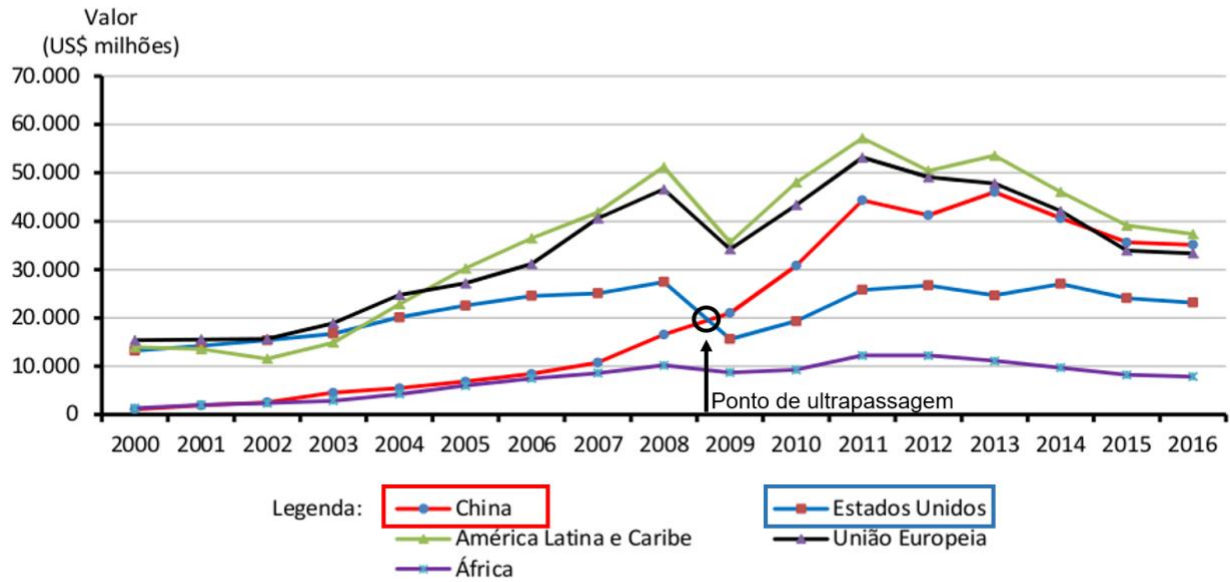
Fonte: <http://www.correlatesofwar.org/>

Elaborado por: Pedro Henrique Gomes Roquete (IPRI)

Fonte: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/0001-Componentes_de_capacidade_nacional_e_ndice_composto_2007.pdf>

ANEXO B - QUADRO EVOLUTIVO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS –2000 - 2016

Destino das exportações brasileiras — 2000-16



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Balança dos países: 2016.** [2017]. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2?layout=edit&id=2225>>.

Fonte: <https://cdn.universoracionalista.org/wp-content/uploads/2018/11/20170405texto-4-grafico-1-2-1.png>

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o Brasil é um país com potencial de desenvolvimento militar satisfatório e por esta razão, merece receber investimento para o crescimento do setor estratégico das Forças Armadas. O Brasil inicia sua atuação ativa nas questões de conflitos mundiais e apagaria a imagem de país passivo perante os demais países, abrindo possibilidades de negociações com países desenvolvidos. (LIMA, 2017)

As mudanças e variáveis que surgem nas políticas externas interferem nas diferentes áreas das empresas, associações, classes e formas de tomar decisões quanto ao assunto defesa nacional. Logo, entende-se que a política externa poder ser compreendida como o meio para criar oportunidades e possibilidades externas para o próprio desenvolvimento interno. Sabe-se sobre o passado histórico de ausência de ameaças internacionais, a vantagem de não ter inimigos e ser aliado dos norte-americanos. Por este motivo, as tentativas de conseguir recursos prioridade para investimento no planejamento estratégico para a defesa dos interesses da nação quanto a Defesa Nacional foram posto como de caráter não prioritário.

Depois da Guerra Fria e o atentado de 11 de setembro, a Guerra do Iraque, a Guerra Civil na Síria são acontecimentos que demonstraram a fragilidade até mesmo das grandes potências. Falar de segurança pública e estratégias de defesa no mundo globalizado surge como um assunto para o reforço das regiões fronteiriças de todos os países. Não é diferente no Brasil, com a fragilidade diante do imenso território geográfico, onde o Estado (representante dos direitos nacionais) não executa todas as políticas públicas, que deveria a precariedade dos recursos de estratégias e planejamento para o reforço das políticas externa e de defesa nacional.

Nossas empresas conseguiram projeção no mercado internacional nos setores diversos (agrícolas, indústrias, de mineração e de serviços) nos países vizinhos da América do Sul. Para isso, devemos tomar uma posição firmes em defesa dos nossos interesses. Para aumentar o poder competitivo com a inovação produzindo um efeito em cadeia de redução de vulnerabilidade econômica e investimento tecnológico para competir com os demais países promovendo um posicionamento estratégico.

O Itamaraty busca sua gestão com bases em ideias do passado, acredita que o institucionalismo internacional aliado ao livre-comércio e a economia transnacional impede o crescimento do nacionalismo e a autonomia das políticas interna pelos Estados. Entretanto, percebe-se um movimento de uma nova política externa brasileira vinculada na centralidade nas relações privilegiadas e a proximidade com os norte-americanos com intuito de ganhar

influência com os EUA. Uma guerra ideológica que deve ser analisada, não com os movimentos da atualidade, e sim como tais acordos e ideias poderão afetar a longo prazo.

A Política externa difere da anterior, onde os Estados interagem com os agentes estatais como Presidentes e Ministério das Relações Exteriores no processo decisório quanto os interesses de desenvolvimento da pátria (uma agenda politizada). No período da ditadura, o pensamento sobre a defesa nacional e da guerra construiu uma imagem como uma questão apenas dos militares para a defesa da soberania e do Estado.

Uma política externa tem por natureza corroborar para a democratização da política, estimulando a participação de outros atores da sociedade civil, para a construção de um debate de ideias e opiniões públicas referente aos interesses da nação para o desenvolvimento e a paz. Percebe-se os movimentos de transformações ao longo dos anos, comércio com nações vizinhas devido a globalização e assim, ganhar importância ainda singela no mercado mundial.

O Brasil apresenta como aspectos positivos: ser um país constituído em um Estado de direito, privilegiado por manter a paz com os países vizinhos, com riqueza de minerais e reservas energéticas devido à privilegiada bacia hidrográfica, grande população desenvolvendo atividades econômicas em regiões específicas e segmentadas.

As prioridades de defesa do país : a Amazônia Brasileira e o Atlântico Sul (predomínio de riquezas minerais, baixa densidade demográfica, limitações de transporte e interesse de países com intuito comercial) e as Forças Armadas nas esferas tecnológicas e de recursos humanos capacitados. Impedir a intervenção da soberania dos Estados, projetando o país perante as nações e influenciar nas tomadas de decisões das mesmas, envolver a sociedade nas questões de interesse nacional.

O presente estudo buscou refletir sobre os aspectos relevantes da articulação da Defesa Nacional como ferramenta de política externa brasileira como um assunto a ser estudado com constância devido à importância para a expansão na atuação internacional. A política de defesa deve associar-se à política externa para a defesa da soberania nacional (cada estado deve ter autoridade para governar no território e nas diversas relações com os Estados) e dos interesses do nosso país. Entende-se que um país se preocupa com a sua posição no contexto internacional levando em consideração: os limites da ação diplomática no cenário internacional e quais são os objetivos da política externa.

Como tema de estudo para solução para o posicionamento estratégico perante as nações, o desenvolvimento das Forças Armadas, como indústria de defesa encontra-se intimamente ligada ao desenvolvimento tecnológico, a ciência e ao empreendedorismo inovador no assunto em questão. Futuramente, superando as crises orçamentárias da Defesa Nacional entende-se a necessidade de conscientizar a sociedade, as academias e órgãos competentes sobre o posicionamento conquistado pelo Brasil quanto aos avanços tecnológicos e de desenvolvimento para vantagem competitiva quando comparado aos demais países da América do Sul e concentração de forças nas fronteiras de países vizinhos.

Pode-se concluir que a Defesa nacional ganhou mais espaço na agenda política devido a articulação entre defesa e diplomacia onde o Estado atua com políticas públicas. Contudo, observou-se gastos excessivos em estratégias que não permitiram um desenvolvimento eficaz entre a política externa e a política de defesa brasileira. Esta falta de articulação deve-se a baixa percepção de ameaças e sentimento pacifista (país provedor da paz) da política externa deixando a defesa como assunto em segundo plano (as Forças Armadas permanecem como atores secundários e as instituições diplomáticas interferem com poder nas decisões orçamentárias e nos assuntos do cenário internacional).

Observou-se uma quebra da burocracia do Itamaraty (política independente da política doméstica do Estado com exclusivismo de tomada de decisão), como poder soberano de decisão, devido as mudanças no mundo, nos campos social, econômico e político para a forma como relacionar-se com as políticas externas. Uma política pública onde a sociedade interage nos temas sobre política externa, meio ambiente e assuntos diversos sobre princípios e interesses. Foram tomadas medidas para o fortalecimento com uma política transparente e aberta para a sociedade, a criação do Livro Branco, a institucionalização do CONPEB (reúne esfera do governo federal, estadual e municipal).

O interesse do debate político e público da sociedade sobre os temas como: a segurança nacional, estratégia militar e o comércio exterior, iniciou decorrente deste reconhecimento do Congresso e Ministério de Relações Públicas permitindo uma interlocução para a redemocratização do Estado. Sendo uma política pública, os assuntos de interesse influenciam na sociedade e o exercício da democracia. O poder militar é um fator que possibilita ampliar a capacidade de diálogo e autonomia no país para o interesse nacional. O enfraquecimento deste

poder limita as manobras da política externa e permite a possibilidade de disputas com potências de outros países.

Portanto, o Brasil gradualmente tem utilizado de forma crescente, os instrumentos de Defesa Nacional como ferramenta de política externa, concentrando esforços em investimentos na Forças Armadas (apesar de muitas limitações financeiras). Contudo, em relação a todo o conteúdo citado neste trabalho, o Brasil futuramente poderá galgar grandes posições no cenário internacional, não só através de sua capacidade dissuasória, militarmente falando, mas também por adotar uma postura internacional articulada mais intensa. Certamente será auxiliada com as participações do Brasil, em mais missões de Paz e maiores participações em Conselhos internacionais, em detrimento da antiga postura passiva baseada pelo *status quo*.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carlos Wellington Leite de. *Economia e Orçamento para a Defesa Nacional (DN)*. Revista do Tribunal de Contas da União, Brasília, v. 32, n. 90, out/dez 2001. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu/biblioteca_digital/REVISTA0090.pdf> Acesso em: 05.abr.2009.

ALSINA JR., João Paulo Soares. *A síntese imperfeita: entre política externa e política de defesa na era Cardoso*. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 46, n. 2, p. 53-86, Dec.2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13.Maio.2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000200003>

_____. *Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos*/João Paulo Soares Alsina Junior. Rio de Janeiro: Editora FGV.2009.

_____. *O poder militar como instrumento da política externa militar contemporânea*. Rev. Bras. Polít. Int. 52 (2): 173-191.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n2/10.pdf>> Acessado em: 15. jun. 2019

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de. *Diretriz Geral do Comandante do Exército*. Brasília, DF, 03 fev. 2003

ALTEMANI, Henrique Oliveira. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
_____. DEFESA DO GOV. PROTEÇÃO DAS FRONTEIRAS. <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/protecao-das-fronteiras>> Acesso: em 17. mar. 2019

_____. DEFESANET. Brasil cria *Força Expedicionária para atuar em missões internacionais*. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/20508/Brasil-cria-Forca-Expedicionaria-para-atuar-em-missoes-internacionais/>> Acessado em:15. Jun. 2019

AMORIM, Celso. *Defesa Nacional (DN) e Pensamento Estratégico Brasileiro*. Revista Política Hoje, Vol. 330 21, n. 2, 2012 pg. Acessado em 18/03/2019 BEZERRA, Ricardo Célio Chagas. A aplicação da estratégia da resistência da Amazônia e seus efeitos nos campos não-militares do Poder Nacional Brasileiro. Rio de Janeiro, ECEME, 2000.

AMORIM NETO, O. *De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2011.

AYOOB, Mohammed. *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System*. New York: Lynne Rienner, 1995.

RONCONI, G.B.A. *A Relação entre Política Externa e Planejamento Estratégico por meio do caso do Programa de Obtenção de Submarinos Nucleares (Prosub)*. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_ca_dn/a_relaao_entre_politica_externa_e_planejamento_estrategico.pdf> Acesso em: 15 jun. 2019

BORELLI, Patrícia Capellini. *Política externa: o que é e por que é importante*. Disponível em : < <https://www.politize.com.br/politica-externa-o-que-e-e-por-que-e-importante/> > Acesso em 15 jun. 2019.

BRICK, E. S.; SANCHES, E. S. ; GOMES, M. G. F. M. *Avaliação de capacidades operacionais de combate: conceituação, taxonomia e práxis*. Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, v.9, p.11-43, 2017. Disponível em: <https://www.esg.br/publi/CEE_Especial2018.pdf > .

BROWN, C. *Understanding international relations* . New York: Palgrave, 2001. I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. O Brasil no mundo que vem aí. I Conferência Nacional de Política Externa e Internacional. RJ, 06 e 07/07/2006. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p.175.

BUENO, C. *A República e sua política exterior (1889 a 1992)*. São Paulo: Unesp, Brasília: Funag, 1995, p.19.

HART, Paul; STERN, Eric K.; SUNDELIUS, Bengt. (1997). “*Foreign Policymaking at the Top Political Group Dynamics*”. In. HART, Paul; STERN, Eric K.; SUNDELIUS, Bengt (ed.). Beyond Group Think. Michigan, The University of Michigan Press, pp. 3-34.

HIRST, M. A. *A política externa do segundo governo Vargas*. IN: ALBUQUERQUE, J. A. G. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Crescimento, modernização e política externa. São paulo: Cultura Editores/Nupri-USP, 1996, p.212

JUNGMANN, Raul. *Discursos proferidos na ocasião do lançamento da Frente Parlamentar da Defesa Nacional (DN)*. Brasília, DF. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2009.

LAFER, C. *Uma interpretação do sistema das relações internacionais do Brasil*. Revista Brasileira de Política internacional. v. X, n.39-40, p. 81-100, set. 1967.

LIMA, Raphael Camargo. *A articulação entre política externa e política de defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa*. 2015. 257 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/128080>>.

_____. *Diplomacia, defesa e definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro*. In: JOBIM, N.; ETCHEGOYEN, S. W.; ALSINA, J. P. S. (orgs.). Segurança Internacional: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MAXIMILIANO, Antônio César Amaru. *Introdução à Administração*. 6ª edição: São Paulo: Atlas, 2004.

MAGLUF JÚNIOR, Alei Salim. *A estratégia da resistência no Brasil: a criação de um Comando de Defesa da Amazônia- um estudo e propostas*. Rio de Janeiro, 2010. p.54

MILANI, Carlos R. S. (2012). *Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos*. In. MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Letícia (orgs). *Política externa brasileira: As práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp.33-70.

MILNER, Helen V (1997). *Actors Interests, Policy Preferences, and the Demand for International Cooperation*. Interest, Institutions and information, domestic Politics and International Relations. Princeton University Press, Pp. 33-66

MORGENTHAU, H. (2003). *A política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

MOTTA, Paulo Roberto, SCHMITT, Valentina Gomes H, VASCONCELLOS, Carlos Antonio Raposo de. *Desafios Gerenciais em defesa*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

OKADO, G. C. H. *Política Externa e defesa no Brasil: Uma epifania pendente*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *Democracia e Defesa Nacional (DN). A criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC*. Barueri, SP: Manole, 2005. p.119 .

OLIVEIRA, Ribeiro, C. (2006). *Em novos tempos, as mesmas práticas: formulação e execução da política externa brasileira*. Revista Tempo da Ciência, pp.71-85.

PESSINI, Leocir. *Bioética na Ibero-América*. Organizado por Leo Pessini, Christian de Paul de Barchifontaine. – São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 207, p.29.

PINHEIRO, I. e SALOMÓN, M. (2013). *Análise de Política Externa e Política Externa brasileira: a trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos*. Revista Brasileira de Política Internacional. pp. 50-59.

PUTNAM, Robert D. (2010). *Diplomacia e Política. Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis*. In. Revista Sociologia Política, Curitiba, vol. 18, nº 36, junho. pp. 147-174

RIZZO, Oliveira e Eliezer. *Democracia e Defesa Nacional (DN): a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC*. Barueri, SP: Manole, 2005.

SCOTT, John..(2001).Powder. Cambridge:Polity Press p.12-16 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000097&pid=S0034-7329200900020001000001&lng=en > Acessado em: 09. jun.2019

SAINT-PIERRE, H. L. *Defensa y Seguridad*. In: Atlas RESDAL 2008. Disponível em: <<http://www.resdal.org/atlas/atlas08-doc-saint-pierre.html>>. Acesso em: 17.jun.2019

SOARES DE LIMA, M. R. (2000). *Instituições democráticas e Políticas Exterior*. Revista Contexto Internacional. Revista Contexto, pp.265-303.

TOMÉ, Luís. *Segurança e complexo de segurança:conceitos operacionais*. Janus.net. V. 1,n.1, Out 2010. Disponível em: <http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_voll_n1_pdf/pt_voll_n1_art3.pdf>. Acesso em: 17.jun. 2019

WERNECK, R.L.F. 1987. *Empresas estatais e política macroeconômica*.Rio de Janeiro, Editora Campus.1987